SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

COMPORTAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UMA ANÁLISE DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

WALTER ARAÚJO DE LIMA FILHO[*]
CAMILA TAVARES CORREIA DA SILVA[**]
NATALLYA DE ALMEIDA LEVINO[***]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o conhecimento financeiro dos docentes de diversas áreas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por meio da análise de suas preferências e tomada de decisões. Sendo assim, descreve, a partir da percepção dos docentes, características alusivas ao comportamento financeiro destes. Um questionário semiestruturado contendo 28 questões foi aplicado junto aos docentes da UFAL. Utilizou-se a estatística descritiva para análise dos dados, e foi aplicado o teste-t para análise de hipóteses entre duas variáveis investigadas. A diferença entre as médias de docentes com alto conhecimento e baixo não foram significantes, permitindo a inferência de que o nível de conhecimento não interfere no nível de poupança dos investigados. Dos docentes, 25% apresentaram risco ao endividamento, 55% possuem investimentos há mais de 5 anos. Verificou- se que os docentes possuem boas práticas na tomada de decisão, porém, visando ao controle de finanças, há índices de educação financeira que demandam melhorias.

Palavras-chave: Educação Financeira. Propensão ao risco. Gestão financeira. Tomada de decisão. Finanças pessoais.

ABSTRACT

This work aims to analyze the financial knowledge of teachers from different areas of the Federal University of Alagoas (UFAL), through the analysis of their preferences and decision making. Therefore, it describes from the teachers' perception characteristics alluding to their financial behavior. A semi-structured questionnaire, containing 28 questions, was applied to the professors at UFAL, descriptive statistics were used to analyze the data, and the t-test was applied to analyze the hypotheses between two investigated variables. The difference between the averages of teachers with high and low knowledge was not significant, allowing the inference that the level of knowledge does not interfere with the level of savings of the investigated. 25% of teachers were at risk of indebtedness, 55% have had investments for more than 5 years. It was found that teachers have good practices in decision making, however, aiming at controlling finances, there are financial education indexes that demand improvements.

Key words: Financial Education. Risk Propensity. Financial management. Decision-making. Personal finances.

Recebido em: 17-09-2019 Aceito em: 07-05-2020

1 INTRODUÇÃO

O bem-estar social pode ser comprometido em decorrência de decisões financeiras equivocadas, pois afetam diretamente indivíduos que lidam com o dinheiro e com uma diversidade de produtos financeiros oferecidos. O mercado torna a educação financeira relevante, tendo em vista a difícil tarefa de organização das finanças que se torna mais desafiante ainda quando não se possui conhecimento sobre os conceitos, produtos financeiros e ferramentas de auxílio no gerenciamento das finanças.

Amadeu (2009) afirma que administração financeira tem que ser entendida como processo de ensino-aprendizagem, permitindo o desenvolvimento da capacidade financeira do indivíduo, gerando competências para a tomada de decisões com segurança, o que torna a educação financeira importante na gestão de renda para que se tenha um controle eficiente de compras e despesas.

Segundo Braunstein e Welch (2002), em um artigo do boletim Federal Reserve, a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. Segundo pesquisa do Serasa (2018), o número de endividados, no Brasil, aumentou de 59,6 milhões em setembro de

[*] Graduando em Administração pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: walter.araujo95@gmail.com
[**] Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
[***] Doutora e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas e graduada em Administração com Habilitação em Comércio Exterior pela Faculdade de Alagoas. Professora da Universidade Federal de Alagoas/UFAL.

2016, para 61,4 milhões em setembro de 2018. Nesse mesmo espaço de tempo, o valor da dívida dos brasileiros subiu de 268 bilhões para 274 bilhões de reais, resultando em uma diferença de 6 bilhões de reais.

Problemas na gestão das finanças pessoais são decorrentes da falta de educação financeira, mas também podem ser elencados a outras variáveis. Nesse sentido, emoções e imprevistos de vida são fatores que promovem endividamento que ocorre quando existe uma situação alheia à vontade do indivíduo em situações esporádicas e imprevistas (TOLOTTI, 2012).

O planejamento financeiro voltado para o controle de gastos e investimentos é essencial no ambiente familiar, tendo em vista que a má administração dos bens pode ocasionar o endividamento, comprometendo, de forma extensiva, os recursos destes (ROSSATO, BESKOW E PINTO, 2019). O processo de educação financeira se dá por intermédio de informações, instruções e conhecimentos, com o principal objetivo de fazer com que os indivíduos conheçam os riscos e oportunidades financeiras pertinentes à realidade em que o indivíduo se encontra inserido; desta forma, possam tomar decisões que contribuam para o seu bem-estar financeiro.

Nesse sentido, esta pesquisa gira em torno da seguinte questão: qual o nível de instrução dos docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no que diz respeito à educação financeira pessoal? Pelo senso comum, espera-se que exista uma concentração de indivíduos com diferentes percepções acerca do tema. Segundo Lucci et al. (2006), todo o conhecimento conceitual sobre finanças aprendido na universidade influencia positivamente na qualidade da tomada de decisões financeiras, mesmo sem uma avaliação da qualidade do ensino.

Pessoas mais educadas financeiramente são mais propensas a ter maior disponibilidade de renda e menor endividamento (KLAPPER; LUSARDI; PANOS, 2012). Além disso, possuem um maior direcionamento à poupança e preparação à aposentadoria (LUSARDI; MITCHELL, 2006; 2011). Segundo Kimura, Basso e Krauter (2006), aspectos comportamentais podem afetar o processo de tomada de decisão. Dessa forma, não só o conhecimento pode influenciar nas decisões, mas os seus comportamentos diante do dinheiro, propensão a riscos, investimentos, endividamento e finanças pessoais.

Diante destas constatações, o objetivo deste trabalho é analisar as preferências e processos de decisões financeiras, visando mensurar o nível de instrução dos docentes acerca dos assuntos referentes à educação financeira.

Este trabalho está dividido em mais quatro seções, constando na seguinte, a revisão de literatura que elenca discussões de outros autores sobre o planejamento financeiro como parte essencial da educação financeira, evitando o endividamento e favorecendo uma saudável tomada de decisão nos investimentos e nos riscos inerentes a estes eventos. Na metodologia, são evidenciados os materiais e métodos utilizados para o efetivo alcance da pesquisa no que diz respeito ao objeto estudado. Em resultados, avaliaram-se as decisões, comportamentos e situação financeira dos docentes e, por fim, a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Planejamento e educação financeira

Achados teóricos sobre a abordagem da educação financeira inferem que indivíduos não dispõem de um amplo conhecimento e acabam tomando decisões baseados em opiniões de terceiros, alternativas de respostas, muitas vezes empurrados pelo mercado financeiro (ATKINSON E MESSY, 2012; PICCINI E PINZETA, 2014; LERMAN E BELL, 2006; CAVALCANTE FILO; MISUMI, 2001; AMADEU, 2009; LUSARDI; MITCELL, 2006; 2011; OCDE, 2015; 2011).

Um planejamento financeiro pessoal e familiar bem executado pode ser o caminho mais curto entre a satisfação das necessidades básicas do cidadão e as necessidades de autorrealização, entre as quais, figuram o desenvolvimento e a realização pessoal, diretamente ligada a hábitos de planejamento a longo prazo. Como exemplo, tem-se a aposentadoria. Segundo pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito, 29% dos brasileiros que não se planejaram para aposentadoria tiveram problemas financeiros, sendo que 8 em cada 10 brasileiros não se prepararam para isso. Destes números, 77% têm planos para aposentar-se, mas grande parte dos brasileiros tem apenas planos que não são executados, segundo resultados da pesquisa (SPC, 2018).

Frezatti (2009, p. 14) enfatiza que “planejar é quase uma necessidade intrínseca, como é alimentar-se para o ser humano. Não se alimentar significa enfraquecimento [...]”. Segundo o autor, o planejamento possibilita a correção de vulnerabilidades antes do início da execução de uma tarefa, o que é importante para que se chegue ao objetivo pretendido de forma eficiente.

Costa e Miranda (2013) entendem a educação financeira como uma ferramenta de tomada de decisão, composta pelo conhecimento de opções financeiras e pela compreensão dos conceitos relativos ao mercado financeiro. Enquanto Silva et al. (2017) destacam que o simples conhecimento sobre finanças não

admite o indivíduo como alfabetizado em assuntos financeiros, nesta comparação, Hung, Park e Yoong (2009) definem a alfabetização financeira pela competência de os indivíduos aplicarem bem seus conhecimentos obtidos de forma a gerar uma maior qualidade de vida, com habilidade e confiança para tomar consciência sob riscos e condições de consumo de forma adequada, acarretando, de forma positiva, no sistema financeiro e reduzindo o descumprimento de obrigações com terceiros.

Uma efetiva educação financeira precedendo as atividades financeiras dos indivíduos proporciona um melhor manuseio do dinheiro, permitindo que as pessoas possam planejar melhor sua vida financeira e envolver-se cada vez menos em necessidades de créditos, positivando a saúde financeira de suas vidas (ARAUJO E SOUZA, 2012; CORDEIRO, COSTA E DA SILVA, 2018).

Em pesquisa desenvolvida para a elaboração de um projeto de auxílio e desenvolvimento da educação financeira (ENEF, 2018), verificou-se a existência de um descompasso entre a visão profissional e a visão popular no que tange aos conceitos financeiros. Boa parte da população não consegue fazer o dinheiro render até o fim do mês, demonstrando descontrole das finanças pessoais. Com isso, foi desenvolvida uma mobilização multissetorial em torno da educação financeira no país, denominada Estratégia Nacional de Educação Financeira e que, atualmente, conta com mais de 1.300 iniciativas voltadas à promoção da educação financeira no país (ENEF, 2018).

Com base nessas definições, o presente trabalho aprofunda ideia defendida pelos autores Costa e Miranda (2013) e Hung, Park e Yoong (2009), na definição do que é educação financeira, buscando avaliar as decisões e práticas financeiras, com o intuito de analisar a propensão ao endividamento e analisar as características investidoras e de riscos e como ela se aplica no dia a dia de docentes do nível superior, buscando analisar resultados conforme os objetivos investigados no estudo de Silva (2013), que infere na existência de uma lacuna na prática da educação financeira por parte dos docentes entrevistados em sua pesquisa.

2.2 Endividamento

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor divulgou, em novembro de 2018, que duas em cada dez famílias brasileiras têm mais da metade da sua renda mensal comprometida com o pagamento de dívidas, sendo que o cartão de crédito continua sendo a causa do endividamento para 77,4% das famílias entrevistadas (CNC, 2018). Para Atkinson e Messy (2012), o uso excessivo de crédito sem controle e planejamento pode reduzir o bem-estar financeiro.

Analisando a relação de consumo e endividamento, Vieira (2016) constata que o grande problema está no comprometimento da renda pelos gastos que superam a receita do indivíduo, valores estes que, apesar de pequenos, em alguns casos, são corrigidos pelos juros, culminando no aumento do saldo devedor do consumidor.

Auferindo sobre como fatores comportamentais e as variáveis socioeconômicas determinam o endividamento, Campara, Vieira e Caretta (2016) evidenciam que quanto menor o nível de renda dos entrevistados maior a atitude ao endividamento, enquanto Zerrenner (2007) elenca a educação financeira para adultos de baixa renda como uma opção para redução dos problemas causados pelo endividamento, permitindo que estes aprendam técnicas para a elaboração do planejamento financeiro.

Questões como inadimplência, endividamento familiar e capacidade de planejamento de longo prazo estão intimamente ligadas a qualidades das decisões individuais (CENCI; PEREIRA; BARICELLO, 2015). No entendimento de Piccini e Pinzeta (2014), o endividamento surge do consumo excessivo, em que o ser humano adquire dívidas, envolvendo, expressivamente, sua renda mensal e não honrando seus compromissos financeiros. Nesta definição, cabe ainda frisar a inabilidade de conduzir a vida financeira e o descontrole financeiro antes de assumir um compromisso de compra.

Brusky e Magalhaes (2006) determinam níveis de endividamento a partir da relação entre dívida e renda, sendo considerado sem dívidas o indivíduo que não possui nenhuma proporção da renda destinada ao pagamento de dívidas. Pouco endividado é quando se tem um baixo endividamento (em que os gastos não superam a renda) e sobre-endividamento, quando sempre a renda não cobre os gastos ou quando a proporção da dívida alcança mais que 75% da renda.

Pessoas mais educadas financeiramente são mais propensas a ter maior disponibilidade de renda e menor endividamento (KLAPPER; LUSARDI; PANOS, 2012). Além disso, possuem um maior direcionamento à poupança e preparação à aposentadoria (LUSARDI; MITCHELL, 2006; 2011).

2.4 Investimento e risco

No Brasil, em que pese o crescimento do mercado de renda fixa, a caderneta de poupança é o tipo de investimento mais popular, devido à constante estabilidade e segurança, embora os riscos sejam pariformes a outros tipos de investimentos com retornos relevantes (ALMEIDA, 2017).

Uma mesma situação pode parecer de alto risco para uma pessoa e ser considerada de risco aceitável para outra. Isso pode variar de acordo com o controle e planejamento que cada um tem em relação à composição de riscos. Segundo Securato (1996), convive-se com diversas formas de risco todos os dias, no entanto existem dificuldades quanto à sua definição, principalmente em se estabelecer a aversão ao risco. O nível de risco de um evento é estabelecido pelas diferentes perspectivas, geradas por diferentes conjuntos de informações. Desta maneira, o fator surpresa em um investimento é o que determina quanto de risco há em uma ação.

Os riscos e facilidades ou aumento de crédito por diversas classes sociais apresentam um ponto positivo e negativo. De um lado, favorece as classes baixas que não têm acesso a bens essenciais e que possuem restrição de consumo. Por outro lado, expande a cultura do consumo centralizada na importância do dinheiro no capitalismo moderno (MULLER, 2010).

Ao analisar percepções de indivíduos no que se refere à tomada de decisões, Silva (2018) elenca que, em sua maioria, os investidores enfatizam a perda quanto ao grau de importância, denotando um perfil conservador que se destaca pela aversão ao risco no momento do investimento. Loewenstein et al. (2001) destacam que todas as teorias atuais de escolha sob risco ou incerteza são cognitivas e possuem consequências, em que as pessoas assumem a desejabilidade e a probabilidade de possíveis resultados, avaliando e integrando as informações, visando chegar a decisões coerentes.

Aspectos comportamentais podem afetar o processo de tomada de decisão. Bittencourt et al. (2018, p. 07) apontam que a necessidade de se entender o comportamento diante das decisões "fizeram com que a psicologia cativasse os estudiosos do mercado financeiro e quebraram o paradigma da época, pois vigorava até então o pensamento que o ser humano é totalmente racional e avesso ao risco". Desta forma, não só o conhecimento de causa dos docentes pode influenciar nas suas decisões com os produtos financeiros, mas também os seus comportamentos diante do dinheiro, propensão a riscos, investimentos, propensão ao endividamento e finanças pessoais.

Na tomada de decisão por determinado investimento, a tolerância ou a propensão ao risco é o que caracteriza o investidor agressivo, fatores como objetivo financeiro, idade, prazo e volume de recursos também afetam as decisões de investimento (CAVALCANTE ; MISUMI, 2001), ou, ainda, o gênero do investidor como em resultados obtidos por Lima, Bruni e Sampaio (2012), que destacam o nível de confiança do homem superior ao da mulher em matéria de tomada de decisão, que influenciam a maneira como estes fazem suas escolhas financeiras.

3 METODOLOGIA

Este ensaio pode ser classificado como bibliográfico, descritivo e quantitativo (RAMPAZZO, 2002; GIL, 2008; SILVA E MENEZES, 2005).

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado, elaborado com base em pesquisas bancárias de poupança e investimento. Todo o processo foi aplicado via plataforma digital, devido à praticidade e agilidade de contatar os professores. Não se fez necessária a presença do pesquisador para que os professores respondessem às questões; as respostas são sigilosas e foram analisadas em conjunto para preservar os indivíduos que não precisaram se identificar. Todos os riscos foram mensurados e o questionário submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL.

O questionário foi aplicado com o intuito de se perceber o comportamento dos docentes diante de algumas situações que necessitam de conhecimento financeiro. Dispõe de 28 questões que visam verificar o conhecimento dos professores sobre conceitos básicos de finanças, nível de educação financeira, investimentos, propensão ao risco, aposentadoria e perfil dos pesquisados, estruturado de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das questões

Questões	Objetivo das Questões	Referências
1 à 8	4. 1 Perfil dos Respondentes – Estabelecer o perfil dos respondentes.	4.1 Atkinson e Messy (2012); Cavalcante e Misumi (2001).
1, 2, 6, 8	4.2 Conhecimento com relação à educação financeira – Avaliar o conhecimento dos entrevistados sobre finanças.	4.2 Savoia, Saito e Santana (2007); Fischhoff, Slovic e Lichtenstein (1997).
3, 4, 5, 7, 9, 18 19, 20	4.3 Comportamento e tomada de decisões – Avaliar como estes se comportam diante de decisões de consumo e financeira.	4.3 Cerbasi (2012); Frezatti (2009); Flores, (2012); Reimann & Bechara, (2010), Piccini e Pinzeta (2014).
10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17	4.4 Perfil financeiro investidor dos docentes – Analisar o perfil investidor.	4.4 Cavalcante e Misumi (2001); Securato (1996).

Fonte: Autores

As questões foram baseadas na literatura disposta, não sendo estabelecidas unidades de escalas semelhantes para aferição das respostas nos grupos de questões. Ressalta-se, ainda, que não foi requerida a identificação dos docentes, e todos os procedimentos para garantir a integridade da pesquisa foram respeitados.

Para Cooper e Schinder (2008), a população é o conjunto de elementos sobre os quais se deseja fazer algumas inferências. A população estudada corresponde aos docentes efetivos em exercício no ano de 2017, os quais lecionavam nos cursos da Universidade Federal de Alagoas. Segundo dados do CENSUP (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017), disponíveis no site da UFAL, a população total de professores era de 1.672 em exercício.

Conforme Cooper e Schinder (2008), a amostragem consiste em uma fatia da população que a representa. Segundo dados da UFAL, considera-se a população de 1.672 docentes em exercício em 2017, utiliza-se o cálculo amostral probabilístico, adotando os seguintes dados: 95% de confiança e margem de erro de 7,69%. Com estes dados, faz-se necessária a aplicação de 148 questionários, distribuídos de forma aleatória, entre 3 campus, contendo 99 cursos de graduação e 55 cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, segundo dados da UFAL (2017), utilizando a proporção p e q igual a 0,5. Apesar de uma margem de erro maior, os dados da pesquisa continuam significativos, entretanto o objetivo era retratar os respondentes de todas as unidades.

A pesquisa foi realizada com os docentes das áreas de ensino: ciências exatas e da terra, ciências biológicas, engenharia, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, linguística, letras e artes da Universidade Federal de Alagoas, nos Campus A.C Simões, Arapiraca e Sertão. É válido ressaltar que, do campus Sertão, obteve-se apenas uma resposta.

Tabela 1 – Área de conhecimento – Número de respondentes/docentes

Total de respondentes/docentes por áreas			
Ciências Exatas e da Terra	29	Ciências Agrárias	14
Ciências Biológicas	12	Ciências Sociais Aplicadas	24
Engenharias	10	Ciências Humanas	25
Ciências da Saúde	34	Linguística, Letras e Artes	4

Fonte: Autores

Após a coleta, os dados foram tabulados e dispostos em forma de tabela e texto, junto a uma análise estatística descritiva com os dados da pesquisa, demonstrando o resultado desta e as práticas dos docentes no âmbito financeiro. O *software* SPSS foi utilizado para comparação e análise de alguns dados, sendo que todas as informações prestadas na pesquisa tiveram anonimato garantido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados obtidos na pesquisa com os docentes das áreas de ensino, ciências exatas e da terra, ciências biológicas, engenharia, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, linguística, letras e artes dos campus UFAL.

4.1 Perfil dos docentes

A amostra foi levantada de acordo com o número de docentes da universidade. Após a pesquisa, foi possível verificar que maior parte é do gênero masculino, correspondendo ao percentual de 56,1%, que equivale ao número de 83 professores, tomando como base o número de respondentes da pesquisa, que foi 148. Já o público feminino foi equivalente a 43,9%, sendo 65 respondentes da amostra. Na tabela 2, verificam-se alguns dos resultados correspondentes ao perfil dos docentes pesquisados.

Tabela 2 – Perfil dos docentes

3. Sexo *N = 148*	**Feminino** (65)	**Masculino** (83)			
Em qual campus está lotado? *N = 148*	**Campus A.C. Simões - Maceió** (117) - 79%	**Campus Arapiraca** (30) - 20,3%	**Campus Sertão** (01) -0,7%		
Qual o seu regime de trabalho? *N = 148*	**Dedicação Exclusiva** (127) - 85,5%	**40 Horas** (14) - 9,5%	**20 horas** (7) - 4,7 %		
Possui dependentes? *N = 148*	**Não possuo** (48) - 31,8%	**Possuo 1 dependente** (44) - 29,1%	**Possuo 2 dependentes** (37) - 24,3%	**Possuo 3 ou + dependentes** (22) - 14,1%	**Ajuda os pais** (1) - 0,7%
Estado cívil *N = 148*	**Casado** (92) - 62,2 %	**União estável** (14) - 9,5 %	**Solteiro** (18) - 18,9 %	**Divorciado** (13) - 8,8%	**Viúvo** (1) - 0,7%
Idade *N = 148*	**Menos que 30** (7) - 4,7 %	**De 30 a 39** (58) - 39,2%	**De 40 a 49** (42) - 28,4 %	**De 50 a 59** (23) - 15,5 %	**Mais que 60** (7) - 4,7 %

Fonte: Autores

Pode-se analisar que a maior parte dos respondentes atua no Campus A.C. Simões – Maceió, sendo estes correspondentes a 117 docentes. Além disso, 30 docentes atuam no Campus Arapiraca e apenas 1 atua do Campus Sertão. Em maioria, sendo estes uma parcela de 85,8% (127 professores), atuam em regime de trabalho como dedicação exclusiva, seguido de 9,5% restantes (14 professores), os quais trabalham no regime de 40 horas e 4,7% (7 professores) no regime de 20 horas.

No quesito sobre dependentes, maior parte dos docentes respondeu que não possui nenhum dependente, sendo um número de 48 (32,7%). Outros 44 possuem apenas 1 dependente (29,1%); 37 participantes possuem 2 dependentes; e 22 participantes possuem 3 ou mais dependentes. Um dos respondentes comentou na barra "outros" da pesquisa que não possui dependentes, mas ajuda os pais mensalmente.

Referente ao estado civil, pode-se observar que a maior parte destes são casados, sendo um total de 92, ou seja, 62,2 %, seguidos de solteiros, 18,9%, união estável, 9,5%, divorciado, 8,8% e viúvo sendo 0,7%.

No que se refere à idade, observa-se que maior parte dos docentes estão nas idades entre 30 a 59 anos, apenas 7 possuem menos que 30 anos e 7 possuem mais que 60.

Visando analisar a estabilidade financeira dos docentes, foi perguntado quanto tempo de ensino eles têm dentro da Universidade Federal de Alagoas. Diante desses dados, observa-se que o maior número de docentes possui de 1 a 8 anos de ensino, sendo um total de 68 professores; obteve-se um total de 52 professores de 9 a 18 anos de ensino; de 19 a 27 anos, um total de 14 respondentes; de 28 a 36 anos, um total de 6 respondentes; e de 37 a 43 anos, um total de 8 respondentes.

Os resultados sugerem que os respondentes são jovens/adultos e, em sua maioria, casados, com pequeno número de dependentes, o que significa dizer que a maior parte dos casados não possuem dependentes diretos e indiretos. A maior parte dos docentes são professores de dedicação exclusiva, desenvolvendo atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, gestão e extensão.

4.2 CONHECIMENTO COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA

No que diz respeito à educação financeira, a maior parte dos professores percebem que o conhecimento sobre este assunto é bom, seguido de regular e ótimo; poucos professores, sendo um total de 7, consideram seu conhecimento sobre educação financeira ruim ou péssimo, enquanto se evidencia, a partir dos resultados obtidos, que a maior parte dos docentes sente-se capaz de administrar suas finanças e que ninguém se sente totalmente incapaz de fazer isso.

Na tabela 3, buscou-se analisar a relação entre nível de conhecimento financeiro dos docentes e seus níveis de poupança mensal. Observa-se, na Tabela 3, que os docentes que afirmaram possuir um nível de conhecimento ruim ou péssimo poupam menos de 25% dos seus rendimentos mensais; aqueles que afirmaram possuir um nível de conhecimento financeiro regular poupam até 50%; aqueles que afirmam ter um conhecimento bom ou ótimo são os únicos que chegam a poupar até mais que 50%. Observa-se que a maior parte deste total de respondentes poupa sempre entre 10 e 25%; e, em segundo lugar, menos de 10% dos rendimentos mensais. Desta forma, é possível verificar que aqueles que afirmam ter menor nível de conhecimento também poupam menos durante o mês.

Tabela 3 – Nível de conhecimento financeiro X Poupança

Entrada		Poupança				
		Menos de 10%	Entre 11 e 24%	Entre 25 e 50%	Mais de 51%	Total
Conhecimento	Bom	20,3%	27,0%	4,7%	1,4%	33,1%
	Ótimo	1,4%	6,8%	4,1%	0,7%	12,8%
	Regular	15,5%	10,1%	3,4%		29,1%
	Ruim	2,7%				2,7%
	Péssimo	1,4%	0,7%			2,0%
Total		41,3%	44,6%	12,2%	2,0%	100%

Fonte: Autores

Com o objetivo de aferir se o nível de conhecimento interfere no nível de poupança, consideraram-se as hipóteses H0: média de docentes com alto (bom e ótimo) conhecimento = média de docentes com baixo (regular, ruim, péssimo) conhecimento e H1: média de docentes com alto conhecimento ≠ média de docentes com baixo conhecimento. Aplicando o teste-t independente, H0 foi aceita, pois não há diferença significativa entre as médias dos docentes com alto e baixo conhecimento ($t(146)= 1,040$; $p>0,05$). Ou seja,

mesmo que o docente apresente alto conhecimento, não garante uma vantagem sobre outras pessoas de menor conhecimento. Isso nos faz pensar que o mais importante é realmente a aversão a risco da pessoa, conforme a teoria em finanças, diferindo da ideia de Klapper, Lusardi e Panos (2012) que pessoas com maior nível de educação financeira possuem um maior direcionamento à poupança.

Segundo Gitman (2010), a formação de reserva é importante no planejamento financeiro para suprir emergências e ter conjuntura financeira sólida.

Tabela 4 – Conhecimento Financeiro

Perguntas	Alternativas				
	Concordo totalmente	**Concordo parcialmente**	**Não concordo e nem discordo**	**Discordo Parcialmente**	**Discordo Totalmente**
Sente-se capaz de administrar suas finanças.	(58) - 39,2 %	(69) - 46,6 %	(11) - 7,4 %	(10) - 6,8 %	0%
Costuma anotar/controlar todas as despesas que efetuar.	(35) - 23 %	(55) - 37,2 %	(24) - 16,2 %	(22) - 14,9 %	(13) - 8,8 %
Você acha certo fazer um orçamento financeiro mensal?	(95) - 64,2 %	(46) - 31,1 %	(5) - 3,4%	(1) - 0,7 %	(1) - 0,7 %

Fonte: Autores

Conforme apresentado na tabela 4, observa-se que os docentes sentem-se seguros para administrar suas finanças, porém não possuem controle destas em planilhas ou anotações e acreditam que seria certo fazer, evidenciando que reconhecem a relevância do orçamento financeiro. Sobre esta consideração da importância da educação financeira para a realização do orçamento, o estudo de Silva (2013) segue a mesma linha e vai além ao destacar que grande parte dos docentes entrevistados enfatiza tal importância, ao concordarem com a inserção da disciplina Educação Financeira na grade curricular.

Ainda de acordo com os autores Atkinson e Messy (2012), os resultados positivos de ser financeiramente alfabetizado são movidos pelo comportamento, tais como o planejamento de despesas e a construção da segurança financeira. Por outro lado, certos comportamentos, tais como o uso excessivo de crédito sem o devido controle, podem reduzir o bem-estar financeiro.

4.3 Comportamento e tomada de decisão dos docentes

Questionados quanto à tomada de decisões sobre compras à vista ou parcelada, a maior parte dos docentes responderam que provavelmente optarão pela compra à vista; já uma porcentagem menor de docentes é indiferente a essa decisão e não concorda que deve esperar para comprar à vista. 35% dos entrevistados afirmaram não perceber como um problema ter dívidas se sabe que essa poderá ser quitada, porém 43,2% dos entrevistados discordaram da afirmação. Quanto à pergunta se procuram comprar visando ao custo-benefício adequado, a maioria dos professores (64,9%) afirma que sempre procura as melhores formas de pagamento e o melhor custo-benefício. A tabela 5 apresenta o comportamento dos entrevistados quanto às compras à vista e parceladas.

Tabela 5 – Tomada de decisões em compras à vista e/ou parceladas.

Perguntas	**Alternativas**				
	Concordo totalmente	**Concordo parcialmente**	**Não concordo e nem discordo**	**Discordo Parcialmente**	**Discordo Totalmente**
Prefere sempre comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista?	(09) 6,1 %	(23) 15,5 %	(34) 23 %	(48) 32,4 %	(34) 23 %
Não tem problema ter dívida se eu sei que posso pagar.	(16) 10,8 %	(36) 24,3 %	(32) 21,6 %	(41) 27,7 %	(23) 15,5 %
Na hora da aquisição de um produto: procura saber todas as formas de pagamento com o melhor custo-benefício adequado a você?	(96) 64, 9 %	(41) 27,7 %	(7) 4,7%	(4) 2,7 %	(0)

Fonte: Autores

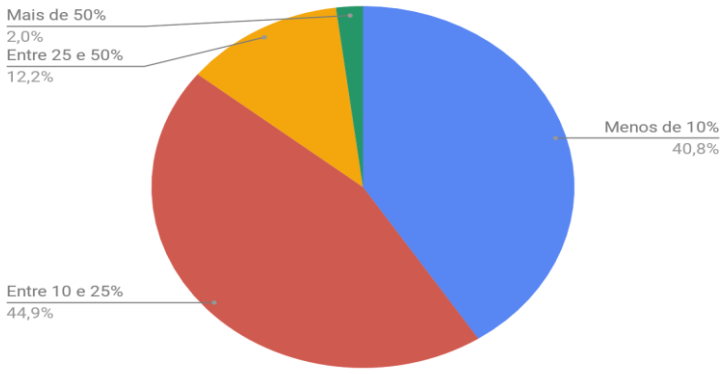
Quanto ao meio de pagamento que os docentes costumam utilizar, 89 entrevistados alegam fazer o uso do cartão de débito, 83 cartão de crédito próprio, 50 pagam em dinheiro, 2 utilizam cartão de crédito de terceiros e 2 fazem uso do cheque.

Nas perguntas referentes à tomada de decisões, pode-se observar que a preferência por pagar à vista a parcelado prevaleceu em 55,4%, sendo que nem sempre ter dívidas é opção, mesmo sabendo que se pode pagar, o que significa que preferem não fazer dívidas.

Embora a educação financeira, conforme indicada por Saviola, Saito e Santana (2007), corresponda a uma direção para a tomada de decisão financeira segura e fundamentada e embora ela corresponda ao caminho para o desenvolvimento da confiança necessária para gestão financeira pessoal, segundo Fischhoff, Slovic e Lichtenstein (1997), a forma como as escolhas são tomadas traz consequência no processo decisório financeiro, que faz as pessoas acreditarem que sabem mais do que de realmente sabem, acarretando em um erro cognitivo, conhecido como excesso de confiança. Os docentes, conforme mostrou a pesquisa, possuem esse excesso de confiança ao fazer uso de meios de pagamentos sem controle prévio, o que indica essa autoconfiança dos docentes que afirmam que possuem conhecimentos financeiros satisfatórios.

Com relação à pergunta acerca dos gastos mensais, pode-se observar que o maior gasto dos docentes é com alimentação, representando 79,1%; em segundo lugar, encontram-se os gastos com habitação, com 58,8%; em terceiro lugar, gastos com saúde, com 57,4%; em quarto lugar, gastos com transporte, com 46,6%; logo após, os gastos com educação, que somam 39,9%; gastos com recreação e cultura totalizam 25,7%; despesas diversas chegam a 25%; serviços pessoais a 18,9%; vestuário representa 11,5%; viagens somam 1,4%; gastos com fumo representam 0,7%; e, por fim, 0,7%. Ou seja, um docente afirmou não ter controle financeiro, sendo que nessa questão era possível escolher mais de uma alternativa.

Gráfico 1 – Poupança X Rendimentos mensais



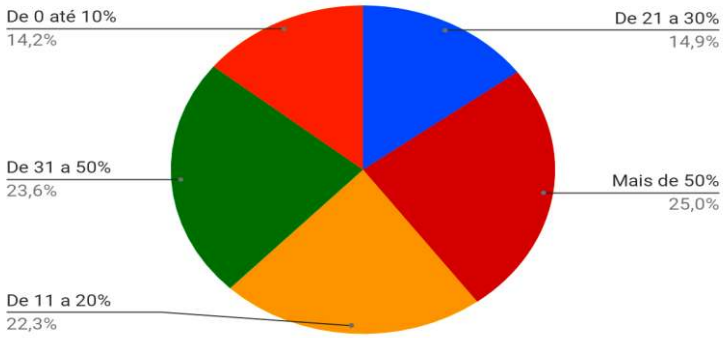
Fonte: Autores.

Quanto à poupança, pode-se notar que todos os docentes poupam algo, mesmo que pouco. Estão sempre atentos à formação de reservas e não se obteve altos percentuais de pessoas endividadas, apesar dos resultados terem ficado quase padronizados, tendo em vista os percentuais das dívidas. Esses índices poderiam ser maiores se o controle de despesas fosse feito.

Questionados quanto ao perfil dos gastos, 25% dos docentes afirmam que possuem mais de 50% da renda comprometida; outros 23,1% possuem de 31 a 50% da renda comprometida com gastos; bem próximo a esses, 22,3% deles têm de 11 a 20% da renda comprometida; 14,9% possuem de 21 a 30% comprometida; e, por fim, o menor percentual, representando 14,2%, têm de 0 a 10% da renda comprometida.

Desta forma, a partir da perspectiva dos níveis de endividamento de Brusky e Magalhaes (2006), 25% dos entrevistados apresentam risco ao sobre-endividamento, ou mesmo estão sobre-endividados, enquanto pouco mais de 60% estão pouco endividados, e os demais respondentes apresentam nenhuma ou pouca dívida com os gastos.

Gráfico 2 – Percentual da renda mensal comprometida com gastos



Fonte: Autores.

Apesar dos pesos percentuais terem ficado bem distribuídos no gráfico, pode-se observar que, ainda assim, a maior parte dos respondentes tem mais de 50% de sua renda total comprometida com algum tipo de dívida. Segundo Piccini e Pinzeta (2014), a inabilidade de conduzir a vida financeira e o descontrole financeiro do uso de cartão de crédito pode ser uma alavanca para as dívidas obtidas a partir dos gastos ordinários feitos em compras com o cartão. Cerbasi (2012) fala a respeito do uso inteligente de crédito destacando que, apesar da praticidade, o uso de pagamentos com cartão deve ser extremamente controlado e acompanhado para que não surjam dívidas não programadas.

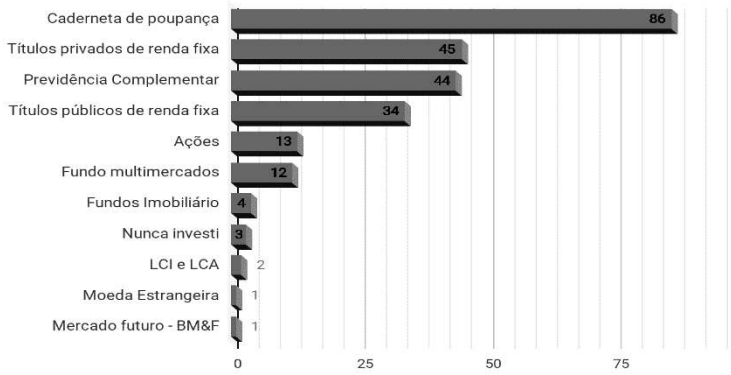
Considerando as tendências atuais quanto à aposentadoria, os respondentes foram questionados quanto à situação de seus planos ou realizações relativos a esse quesito, observando-se que 52% afirmam que fazem plano de previdência privada visando ter maior segurança no futuro próximo; 20,9% afirmam que pretendem ter apenas a aposentadoria do governo; 18,9% têm planos de começar a poupar para isso, ou seja, sentem a necessidade de fazer algum outro plano de previdência fora o do governo; 7,4% não se preocuparam com isso ainda; e, por fim, 0,7% afirma ter outras aplicações para garantir uma futura aposentadoria sem preocupações.

Grande percentual dos respondentes afirmaram que não fazem o uso de anotações ou planilhas de controle de gastos. Deve-se ter maior cuidado com as formas de pagamento, parcelamento e montante gasto em compras não planejadas, visando não entrar em dívidas por falta de acompanhamento e controle de gastos, mantendo o controle. Conforme embasa Frezatti (2009), é uma forma de se garantir que decisões tomadas em um planejamento ocorram na prática.

4.4 Perfil financeiro e investidor dos docentes

Em relação ao perfil investidor dos docentes, foram obtidos os seguintes dados: de 148 pesquisados, 130 (87,8%) dos docentes afirmaram que possuem investimento, enquanto apenas 18 (12,2%) afirmaram que não possuem nenhum tipo de investimento. Todavia, na questão 13, “Se a resposta fosse sim, à questão 12, qual destes investimentos os docentes possuem”. Em lista, foram colocadas algumas opções, em que poderiam escolher mais de uma e os docentes poderiam sugerir, em aba, caso tivessem outras opções, fora as disponibilizadas. Neste sentido, obtiveram-se os resultados elencados no gráfico 3.

Gráfico 3 – Investimentos dos docentes

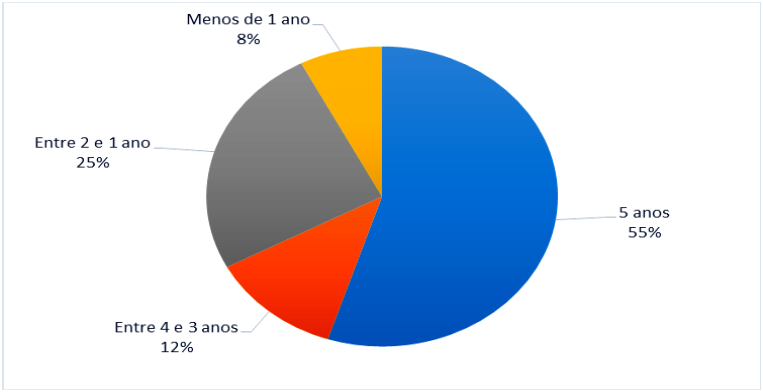


Fonte: os autores.

Pode-se observar que a caderneta de poupança constitui o meio de investimento mais popular, tendo em vista a segurança que se passa ao investidor. Deste resultado, já se observa um perfil investidor conservador. A diferença entre os resultados obtidos nesta pesquisa e os resultados da literatura é que imóveis não são uma opção de investimento aos docentes, os quais preferem fundos de títulos públicos e privados, multimercado e ações a ter que investir em imóveis. Observa-se, ainda, que muitos investem em uma previdência complementar além da previdência pública, 32,6% (ou 44 docentes).

Quanto ao tempo de investimento, a maior parte dos pesquisados têm investimentos a mais de 5 anos (55,0%), outros 25% possuem investimento entre 2 e 1 ano; 12% entre 4 e 3 anos; e, por fim, 8% a menos de 1 ano.

Gráfico 4 – Tempo de investimento



Fonte: Autores

No tocante à relação ao risco e retorno dos investimentos, pode-se observar que, do total do número de respondentes (148), as respostas ficaram divididas com relação à concordância total e parcial. Considera-se que estão certos, pois, quanto maior o retorno que o investimento oferecer, maior é o risco deste ao investir, segundo literatura da pesquisa citada por Cavalcante e Misumi (2001).

Tabela 6 – Questão sobre investimento

Perguntas	**Alternativas**				
	Concordo totalmente	**Concordo parcialmente**	**Não concordo e nem discordo**	**Discordo Parcialmente**	**Discordo Totalmente**
Um investimento de maior retorno possui maior risco?	(48) - 32,4%	(59) - 39,9%	(28) - 18,9 %	(10) - 6,8%	(3) - 2,0%

Fonte: Autores

Visando avaliar os objetivos dos docentes ao investir, considerando os 130 docentes que afirmaram em opções disponibilizadas que possuem algum tipo de investimento e excluindo os 3 que afirmaram nunca ter investido em nenhum tipo de investimento, 2 deste afirmaram, em um espaço para outras opções, que têm como objetivo investir para se aposentar e 3 afirmaram que possuem investimento apenas para possuir reservas em caso de emergência.

Tabela 7 – Objetivo do investimento

Preservar capital: corrigir os investimentos pela inflação	Acumular recursos: obter rentabilidade acima da inflação	Especular: ter alta valorização, correndo riscos maiores
(65) – 50,0%	**(65) – 50,0%**	**0**

Fonte: Autores

Referente ao comportamento do perfil investidor, a maior parte dos respondentes que se afirmam investidores, ou seja, 130 dos respondentes, afirmam-se como conservadores (77,1%). Segundo Cavalcante e Misumi (2001), o conservador é o avesso ao risco. Para ele, o retorno depende da segurança, a qual deve estar sempre em primeiro lugar. Já o investidor moderado, que representa 20,7% de respondentes, não se satisfaz com o retorno limitado e procura por investimentos diferenciados. Por fim, o arrojado, que alcançou apenas 2,1% de respondentes, analisa os retornos e está sempre propenso a maiores perdas, mas também a ganhos mais satisfatórios.

Tabela 8 – Perfil de risco dos investidores

Conservador	Arrojado	Moderado
(100) – 76,9%	(3) – 2,3%	(27) – 20,8%

Fonte: Autores

Visando avaliar o comportamento dos investidores docentes, foi apresentada uma situação hipotética de crise durante o período de investimento. Conforme a tabela abaixo, foi realizada a seguinte pergunta:

Tabela 9 – Comportamento investidor

Suponha que você tenha guardado o equivalente a 10 meses da sua renda mensal. Em um dia de crise, suas aplicações desvalorizaram o equivalente a 1 mês de renda. O que você faria?		
Buscaria mais informações para decidir se mantenho os investimentos.	Avaliaria se a queda criou oportunidades de mercado	Observaria por mais algum tempo e, se as perdas continuassem, resgataria meus investimentos
(86) – 66,15 %	**(23) – 17,69 %**	**(21) – 16,16%**

Fonte: Autores.

Pode-se observar que maior parte dos respondentes buscariam informações para decidir como agir. Os outros iriam avaliar se a desvalorização poderia criar oportunidades no mercado, como, por exemplo, investimento em renda fixa, ações e outros ativos. O restante observaria por mais algum tempo e, caso houvesse maiores quedas, resgatariam seus investimentos. Com isso, pode-se avaliar que a maioria dos docentes tomariam decisões baseados em informações para avaliar se manteriam ou resgatariam seus investimentos, ponderando as oportunidades para não ter perdas.

O desempenho dos docentes quanto a investimentos supera expectativas e seu resultado não é desastroso. Porém, os resultados sugerem que, ainda assim, possuem perfil investidor conservador e grande parte destes, conforme mostrou a pesquisa, usam a caderneta de poupança, em que pese a constatação de que as outras opções de investimentos disponibilizados nas pesquisas foram bem respondidos e a previdência complementar está em páreo com as aplicações de títulos públicos e privados. Em sua maioria, os objetivos dos investidores são sempre para preservar capital e acumular recursos, sendo que as decisões quantos aos investimentos são mais que satisfatórias.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou evidenciar pontos pertinentes à educação financeira e propensão ao endividamento dos docentes da UFAL. De maneira geral, trata-se de aspectos fundamentais para o bem-estar e qualidade de vida, que, quando estudados, podem indicar formas de administrar gastos com uso de conhecimentos, visando a não aderir a dívidas impagáveis. Os conceitos e impactos da falta de educação financeira podem ser desastrosos, porém, quando o conhecimento financeiro é bem utilizado, os impactos são positivos. As decisões de consumo e aquisição de bens são, em sua maioria, bem utilizadas e pensadas de acordo com o perfil financeiro de cada docente. Faz-se necessária a utilização de técnicas de controle de gastos, de modo a prever gastos futuros e melhores escolhas das opções de crédito disponíveis no mercado, com o intuito de não contrair dívidas com terceiros.

Diante dos resultados, é possível analisar que existem tendências de que os docentes não são alfabetizados financeiramente e que o nível educacional dos docentes não é um condicionante que evidencie que estes sejam alfabetizados financeiramente. Outros estudos devem ser feitos para aprofundar tal análise. Apesar das taxas de poupança e investimento encontrados nos resultados, constatou-se que os docentes possuem pouco controle de suas despesas e que o nível de endividados, apesar de não serem em maioria expressivos, pode ser alavancado com o uso contínuo de crédito e débito e falta de controle sobre este.

As características de endividamentos encontrados nos resultados da pesquisa sugerem a aplicação em cenários econômicos distintos, tendo em vista a crise econômica e política dos últimos anos, que pode ser fator determinante para que os números encontrados na atual pesquisa estejam tão divididos e tendam para o endividamento. Percebe-se, ainda, a importância de se aprimorar o conhecimento financeiro dos indivíduos, ou seja, alfabetizá-los financeiramente visando não só adotar medidas que foquem no comportamento financeiro destes, bem como criar hábitos de poupança, de forma a evitar despesas supérfluas junto ao uso de cartão de débito e crédito.

Os respondentes têm noção da importância de se ter controle das finanças e do gerenciamento de dívidas, para que a solvência se mantenha e para que não se tornem inadimplentes. Porém, mesmo

privados do desconhecimento em relação ao mínimo da percepção sobre finanças, os mesmos ainda não põem em prática o uso de controle e planejamento de créditos e débitos, permitindo que a falta de controle se torne um gatilho na aquisição de dívidas.

REFERÊNCIAS

AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da matriz curricular. Presidente Prudente [s.n.], 2009.

ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. Educação financeira para um Brasil sustentável: Evidências da necessidade de atuação do BCB em educação financeira para o cumprimento de sua missão. **Revista Trabalho para discussão**, Brasília, n. 280, p. 1-52, jun. 2012.

ATKINSON, A.; MESSY, F. Measuring financial literacy**:** results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study. **OECD Publishing**, 2012. Disponível em: <https://cef.fgv.br/sites/cef.fgv.br/files/17_afinal_a_alfabetizacao_financeira_apresenta_uma_mudanca_linear_entre_grupos_distintos_de_perfil.pdf>. Acesso em: 03 de dez. 2018

BITTENCOURT, J. A. D.; SARDINA, G.; BARBOSA, C. A.; ALVES, R. C. S; OLIVEIRA, S. A. D. Análise da relação entre o perfil de investidor, a realidade do mercado de renda fixa e variável e a teoria da aversão à perda. **Revista Razão Contábil & Finanças**, Fortaleza, v. 9, n. 2, 2019.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. **Fed. Res. Bull.**, v. 88, p. 445, 2002.

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. S. **Assessing indebtedness: results from a pilot survey among steelworkers in São Paulo**. ILO, 2007. Disponível em: <http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf>. Acesso em: 01 de mai. 2020.

CAVALCANTE, F. S.; MISUMI, J. Y. **Mercado de Capitais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 5-24, 2016.

CENCI, J. J.; PEREIRA, I.; BARICHELLO, R. Educação financeira, planejamento familiar e orçamento doméstico: um estudo de caso. **Revista Tecnológica**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 89-104, 2015.

CERBASI, G. **Crédito inteligente.** 2012. Disponível em: <http://www.maisdinheiro.com.br/ artigos/3/3/credito-inteligente>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Peic nacional – (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor)**. Disponível em: <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplência-do-consumidor-1>. Acesso em: 03 dez. 2018.

COOPER, D. R; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração.** 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

COSTA, C. M.; MIRANDA C. J. Educação financeira e taxa de poupança no Brasil**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v.3, n.3, p.57-54, set/dez, 2013.

ALMEIDA, A. L. F.; CUNHA, D. P. A. **Estudo do mercado brasileiro de renda fixa e o perfil do investidor brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção), Escola Politécnica – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Silva, G. O.; Silva, A. C. M.; Vieira, P. R. C.; Desiderati, M. C.; Neves, M. B. E. Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 279-298, 2017.

ENEF (Brasil). **2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira**. 2018. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/>. Acesso em: 10 maio 2018.

FISCHHOFF, B.; SLOVIC, P.; LICHTENSTEIN, S. Knowing with certainty: The appropriateness of extreme confidence. **Journal Of Experimental Psychology: Human Perception And Performance**, v. 3, n. 4, p.552-564, 1997.

FLORES, S. A. M. **Modelagem de Equações Estruturais Aplicadas a propensão ao endividamento**: Uma análise de Fatores Comportamentais. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FREZATTI, F. **Orçamento empresarial**: planejamento e controle gerencial. 5. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira.** 12a ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2010.

HUNG, A.A., PARKER, A.M; YOONG, J.K. Defining and measuring financial literacy. **RAND Corporation, Working Paper WR-708**, 2009.

KIMURA, H.; BASSO, L.F.C.; KRAUTER, E. Paradoxos em Finanças: Teoria Moderna Versus Finanças Comportamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol.46, n.1, jan/mar 2006.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. **Alfabetização Financeira e Crise Financeira.** Disponível em <http://ssrn.com/abstract=2038765>. Acesso em: 04 dez. 2018.

LERMAN R. I.; BELL, E. Can financial literacy enhance asset building? **The Urban Institute, Labor and Social Policy Center,** n. 6, 2005.

LIMA, R.; BRUNI, A. L.; SAMPAIO, M. A Influência do Gênero, Idade e Formação na Presença de Heurísticas em Decisões de Orçamento: Um estudo quase-experimental. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 2, p. 103-117, 2012.

LOEWENSTEIN, G.; WEBER, E. U.; HSEE, C.K.; WELCH, N. Risk as feelings**. Psychological Bulletin**, v. 127, n. 2, p. 267-286.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. D. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos.** In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 9, 2006, São Paulo, Anais do Seminário em Administração, São Paulo, 2006.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial Literacy Around** The World: An Overview, 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w17107> Acesso em 04 dez. 2018.

LUSARDI, A.; MITCHELLI, O. S. Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education. **Business economics**, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007. Disponível em < http://www.mrrc.isr.umich.edu/publications/papers/pdf/wp144.pdf> Acesso em 04 dez. 2018

MULLER, K. O. **Sociedade de Consumo e cultura do endividamento**: Estudo de caso sobre consumidores compulsivos em Porto Alegre - RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Estratégias Nacionais para Educação Financeira, OECD/INFE.** Paris: Policy Handbook, OECD Publishing, 2015.

OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **G20 High-level Principles on Financial Consumer Protection.** 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/g20/topics/financial-sector-reform/48892010.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

PICCINI, R. A. B.; PINZETTA, G. **Planejamento financeiro pessoal e familiar**. Unoesc & Ciência - ACSA, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 95-102, jan./jun. 2014.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

REIMANN, M.; BECHARA, A. The somatic marker framework as a neurological theory of decision-making: Review, conceptual comparisons, and future neuroeconomics research. **Journal of Economic Psychology**, v. 31, n. 5, p. 767-776, 2010.

ROSSATO, V. P.; BESKOW, R. P.; PINTO, N. G. M. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rev. Adm. Pública,** v. 41, n. 6, Rio de Janeiro, Nov/Dec. 2007.

SECURATO, J. R. **Decisões financeiras em condições de risco**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1996.

SERASA. **Atividade Econômica no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2018/03/14/atividade-economica-abre-2018-com-crescimento-de-04-informa-serasa-experian>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SERASA. **Inadimplência no Brasil**; 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-cai-em-setembro-mas-ainda-afeta-614-milhoes-diz-serasa>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **Pesquisa tendência de aposentadoria no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/4494>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SILVA, E. L. G. **Educação financeira**: um estudo realizado com os professores do curso de administração da Universidade Estadual da Paraíba. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

SILVA, E. G. da. **Tomadas de decisões**: percepção dos estudantes do curso de ciências contábeis de uma IES (pública) à luz das finanças comportamentais. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Revisada e atualizada. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo**: Saia do vermelho e comece a investir**.** Rio de Janeiro: Campus, 2012.

UFAL. **CENSUP - Força de Trabalho**. 2018. Disponível em: <https://numeros.ufal.br/pessoal/forca-de-trabalho>. Acesso em: 22 jan. 2019.

UFAL. **Números UFAL**. 2018. Disponível em: <https://numeros.ufal.br/>. Acesso: 22 jan. 2019.

VIEIRA, E. G. F. Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional. **Projetos, dissertações e teses do Programa de Doutorado e Mestrado em Administração**, v. 7, n. 1, 2016.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para a população de baixa renda.** Dissertação (Mestrado em Ciências Administrativas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.